

MEMÓRIA INSTITUCIONAL: EFEITOS DE DISPERSÃO DOS SENTIDOS NA DIGITALIZAÇÃO DO ARQUIVO

Álvaro José da Silva Fonseca¹

O presente estudo é uma reflexão que surgiu a partir da nossa tese de doutorado, ainda em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) do Câmpus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT), onde realizamos uma análise discursiva sobre a memória institucional constituída por meio das atas dos conselhos superiores da UFT. A discussão que propomos aqui é um exercício de análise onde tocamos a problemática da dispersão dos sentidos a partir da investigação de um objeto digitalizado. Nossa preocupação envolve o processo de deslocamento do objeto discursivo de um suporte físico para o espaço digital. Esse movimento se realiza por meio de um mecanismo parafrástico onde a repetição dos dizeres constrói outras possibilidades de sentido, ou seja, dispersa. Nessa perspectiva, o objeto digitalizado reproduz os sentidos parafrasticamente, contudo, em razão do próprio mecanismo, abre-se para outras leituras. Ao mesmo tempo que, polissemicamente, os sentidos são construídos nas brechas da paráfrase, as discursividades construídas pelo espaço digital atravessam o objeto e o inscreve em outra(s) formação(ões) discursiva(s).

Nesse sentido, torna-se imperativo considerar o papel da memória na dispersão do objeto discursivo digitalizado. Dias (2008) mostra traços de como a memória orienta o deslocamento de uma materialidade linguística – passando de uma manifestação física (a carta) para uma manifestação digital (o e-mail) – e afeta os sujeitos e os sentidos reproduzidos no espaço digital. Esses deslizam, por exemplo, do “português” para o “internetês”. Nesse ponto, a institucionalidade da língua se dispersa e dá margem para a construção de outros significados a partir da criação de estratégias que os sujeitos inventam para, por vezes, subverter a normatividade e explorar novos sentidos no ambiente virtual. A memória institucional, constituída pela estabilidade dos sentidos, dispersa-se no equívoco do funcionamento linguístico na rede. Embora a relação carta/e-mail (DIAS, 2008) nos ajude a introduzir nosso objeto, a investigação aqui proposta tem por objetivo problematizar os efeitos dispersivos que a digitalização produz sobre a construção da memória institucional.

Como dispositivo de análise, mobilizamos o mecanismo parafrástico que funciona estabelecendo a regularidade, aquilo que se repete na ordem do discurso, e a polissemia, constituída pelo equívoco da repetição, ou seja, o dito de outra forma que desliza sentido em outras áreas do interdiscurso. Assim, os sentidos do arquivo são parafraseados no seu deslocamento para o espaço digital e, ao mesmo tempo, geram outras possibilidades de significar. É esse contínuo movimento entre paráfrase e polissemia que nos permite observar a repetição e os deslizamentos de sentidos (ORLANDI, 2012) no arquivo digitalizado.

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL) na mesma Universidade.

Tomamos como materialidade para nossa análise o arquivo digital constituído pelas atas dos conselhos superiores da Universidade Federal do Tocantins, a saber, o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Esse apanhado documental está disponível no site da UFT (www.uft.edu.br), disposto em espaços próprios e organizados em pastas específicas situadas em páginas destinadas a cada conselho (Consepe e Consuni). De acordo com Bittencourt (2017):

Para haver um arquivo é preciso um nome que nomeie o saber: dos arcontes latinos aos juizes de hoje. E também um espaço físico e os suportes – uma topologia de onde se assegura o dizer, uma imponente materialização do saber em salas de biblioteconomia e arquivística, e, por fim, uma hermenêutica, o direito de interpretar, a competência dos guardiões, daqueles que podem dizer a lei e definir os seus alcances. (idem, p. 160)

Desse modo, embora estejam dispostas numa lógica que as vincula a conselhos específicos, as atas são a matéria prima necessária para nossa proposta de unidade do arquivo, especialmente aquelas oriundas do CONSUNI e CONSEPE, tomadas como instâncias representativas no âmbito da UFT e espaço discursivo constituído por fragmentos do discurso da Universidade.

Ilustração 1 – Ata digitalizada



Fonte: *Print screen* da página do Consepe/UFT em junho de 2019

Como elementos constitutivos da memória institucional, as atas são regularidades discursivas que se abrem para o equívoco sempre que mergulham na memória e acenam para uma intertextualidade. A existência desses textos no arquivo guardado em estantes da universidade atesta a possibilidade de acesso à memória institucional. A transposição desse arquivo para o espaço digital cria paráfrases discursivas, que reproduzem um efeito de regularidade e manutenção dos discursos institucionalizados como a disposição dos documentos em categorias etiquetadas. Compreendemos esses sentidos num movimento interpretativo que situa a ata em sua condição de texto elaborado no computador e materializado enquanto acontecimento discursivo a partir do suporte físico (ata impressa e assinada). Esse texto físico é tido como a origem da validade documental. Sua existência ratifica a memória acumulativa. Esse efeito do que é legítimo institucionalmente se repete no arquivo digitalizado uma vez que este se materializa no site da própria Universidade, conforme se verifica na Ilustração 1.

As discursividades produzidas e reproduzidas no espaço da rede constituem uma manifestação da prática discursiva atualizada por algoritmos que, em grande medida, definem o dito e o não dito nesse ambiente. A memória se apresenta aqui como o conjunto de dizeres empilhados segundo uma ordem formulada inteligentemente para funcionar pelo não esquecimento. A institucionalidade agora se dispersa em elaborações que dão um outro significado às relações entre sujeitos. Dessa forma, a memória institucional é orientada por uma estrutura lógica que modula tudo o que atravessa a rede.

O arquivo, enquanto conjunto de dizeres determinantes para a manutenção da institucionalidade como tal, é constitutivo da própria memória. Para a Análise de Discurso, cujos pressupostos teórico-metodológicos orientam o presente estudo, a relação da memória com o arquivo se estabelece tendo o esquecimento como condição para a produção de sentidos. O arquivo aqui está na ordem daquilo que não deixa esquecer, mas se mantém presente e acessível, submetido aos efeitos da historicidade. Para Pêcheux (2014), o arquivo é “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (idem, p. 59). Para Orlandi (2012) esses documentos do arquivo constituem um tipo de memória que apaga o esquecimento, uma memória que acumula, como dissemos, uma memória institucional. De acordo com Dias (2017):

Falamos comumente em termos de constituição dos arquivos por uma relação necessária com a memória institucional, ou seja, um arquivo que se constitui ao legitimar certos saberes para que não sejam esquecidos, construindo uma unidade institucionalizante estabilizada das coisas-a-saber. Essa forma de construção do arquivo tem por princípio de organização do acervo aquilo que se pode e o que não se pode/deve divulgar, na medida em que considera o aspecto político do público e do privado na construção do arquivo. (idem, p. 269)

Nesse ponto, há uma distinção em relação à memória discursiva entendida como aquilo que define os pré-construídos, o possível de ser dito, “a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2015), interdiscurso que existe porque esquece. O arquivo, segundo Barbosa Filho (2017, p. 4) “não deixa esquecer, não permite que o esquecimento se dissipe, se espalhe e circule de qualquer maneira”. Nesse sentido, ao contrário da memória discursiva, constituída no interdiscurso, a memória de arquivo é institucionalizada e empilhada de modo a formar um todo material disponível à (re)significação.

A internet estabelece um modo de acesso a diferentes formas de significar, criando condições para que a memória se dissipe e se reorganize. A própria configuração das informações no espaço digital condiciona a inscrição da memória institucional em formações discursivas diferentes, passando a funcionar cada vez mais afetada pelas discursividades que circulam na rede. Segundo Orlandi (2012, p. 68) “não é no texto em si que estão (como conteúdos) as múltiplas possibilidades de sua leitura, é no espaço constituído pela relação do discurso e o texto, um entre meio, onde jogam os diferentes gestos de interpretação”. Com efeito, o próprio arquivo se torna a materialização desse discurso que se abre para a dispersão e encontra um terreno novo ao se inscrever no espaço digital.

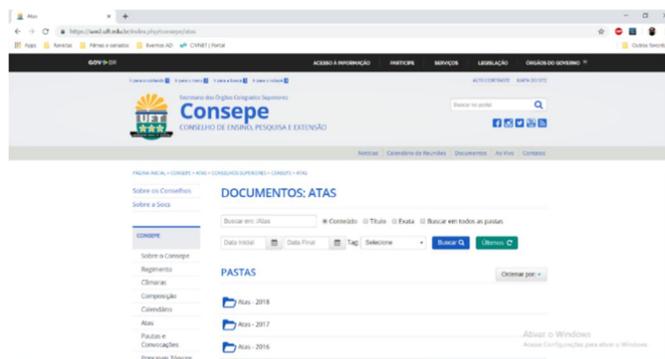
Ilustração 2 – arquivo físico²



Fonte: <https://bit.ly/33Nbcqo>

A transposição do arquivo para o espaço digital funciona reproduzindo uma textualidade que tenta ser simétrica em relação aos discursos institucionalizados. Segundo Gallo (2011) os sites institucionais são exemplos de “espaços discursivos da internet que simulam discursos de fora dela”. Esses sites possuem sua própria textualidade, mas a memória institucional se mantém justamente porque a discursividade é determinada pelo que é externo (GALLO, 2011). Embora as regularidades discursivas reproduzam uma intertextualidade com o arquivo físico, a rede de computadores estabelece novas relações de sentido provocadas pelos elementos próprios do discurso digital.

Ilustração 3 – arquivo digital



Fonte: *Print screen* da página do Consepe/UFT em junho de 2019

Embora as regularidades discursivas reproduzam uma intertextualidade com o arquivo físico, a rede de computadores estabelece novas relações de sentido provocadas pelos elementos próprios do discurso digital. Segundo Orlandi (2012):

² Essa imagem é meramente ilustrativa, uma vez que não conseguimos nenhuma imagem do arquivo físico dos órgãos superiores da UFT.

Pensar o texto abrindo-se para a interpretação, coloca-nos na posição de considerar que essa relação entre discurso e texto não é pois dada. Ela está sempre sendo elaborada, mesmo se, como sabemos (M. Pêcheux, 1994), há modos institucionais, na história de toda formação social, de se administrar a divisão social do trabalho da leitura, estabelecendo-se quem tem e quem não tem direito à interpretação e em que condições. (idem, p. 66)

O arquivo digitalizado reproduz os sentidos do arquivo físico por meio de deslizamentos que “convertem” a materialidade segundo discursividades próprias da rede: unidade administrativa = *site*; armários, gavetas e pastas = páginas, colunas, pastas e subpastas; etiquetas = *tags*, *links* e *hiperlinks*; ata (papel) = ata (arquivo .pdf). Nesse mesmo movimento, o deslocamento do arquivo apaga relações como o contato com o servidor público e o efeito burocrático; e expõe outras como a permanência na rede e o fato de que o arquivo agora constitui um banco de dados sempre acessível.

Para Dias (2018), o tipo de arquivamento criado pela rede instaura um regime diferente de não-esquecimento em que a articulação entre deletar/recuperar faz surgir “novas formas de memória” e estabelece uma contraposição entre a “memória como arquivo” e o “arquivo como memória”. Isso porque a internet determina um modo de acesso a diferentes formas de significar, criando condições para que a memória se dissipe e se reorganize. A própria configuração das relações discursivas no espaço digital condiciona a inscrição da memória institucional em discursividades que atravessam a rede e definem um novo campo de interpretação. Com efeito, o próprio arquivo se torna a materialização desse discurso que se abre para a dispersão e encontra um terreno novo ao se inscrever no espaço digital.

Diante do recorte que operamos, podemos realizar algumas considerações: (i) a institucionalidade entra na era da conectividade, inscrevendo-se como parte do mundo globalizado e se integrando a um sujeito contemporâneo que não encontra lugar fora da rede (DIAS, 2016). Afirma Dias (2017, p. 271) que “o digital ressignificou a relação do sujeito com o mundo, com o espaço, com o tempo, com a linguagem, com a memória”; (ii) o efeito de transparência se torna possível especialmente porque a burocracia se apaga da memória e dá lugar ao pragmatismo dos sistemas lógico-digitais (DIAS, 2018); (iii) o arquivo no espaço digital se inscreve nas discursividades da rede e mobiliza novas propostas de sentido a partir da interação entre a memória institucional e as dispersões provocadas pela paráfrase; além disso, (iv) a memória institucional se realiza também como memória metálica uma vez que outros textos acumulados pela institucionalidade estão disponíveis nesse mesmo espaço. Esse deslizamento da memória (do institucional para o metálico) tem a ver com a problemática abordada por Dias (2018) em que existe um movimento de desvinculação da memória da sua relação com a institucionalidade e uma aproximação com as corporações de mídias e Tecnologia da Informação que regulam a nossa relação com a memória, o arquivo e a leitura; Ainda podemos destacar que (v) a memória institucional na rede é dirigida por algoritmos, que, possuindo a “neutralidade” enquanto atributo, uma vez que são sistemas lógicos inseridos no conjunto do que se pode considerar como inteligência artificial, ocultam-se do sujeito-leitor e conduzem os sentidos segundo uma normatividade. Dessa forma, a rede estabelece as condições de circulação dos sentidos segundo uma estrutura que se pensa livre da subjetividade, mas que afeta o discurso digital e a construção da memória atravessada por ele.

Em suma, podemos considerar que o processo de digitalização do arquivo possibilita a elaboração de outros dizeres por meio de um mecanismo parafrástico de reprodução dos sentidos. Tal mecanismo regula a transposição do arquivo determinando uma relação de similaridade do arquivo digital com as referências do suporte físico. Esse funcionamento, a medida em que procura estabelecer uma regularidade interdiscursiva, permite que a memória institucional se disperse como o dito de outra forma que carrega relações com outros dizeres. Em outras palavras, a paráfrase, que se realiza no dizer (mostrar) o mesmo de outro jeito, constitui o equívoco que é a abertura para o não dito, para a memória que escapa à regularidade e para a polissemia.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, F. R.. A resistência do arquivo. In: VIII SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2017, Recife. *Anais do VIII SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Recife, 2017. p. 5-8.
- BITTENCOURT, R. L. F. Impasses do arquivo: movimentos. In: VENTURINI, M. C. (Org.). *Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso*. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- DIAS, C.. *Memória e Escrita: o atravessamento de sentido das cartas no e-mail*. Letras (UFSM), v. 18, p. 35-49, 2008.
- DIAS, C.. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes, 2018.
- DIAS, C.. Memória como arquivo: sujeito, dados e circulação. In: VENTURINI, M. C. (Org.). *Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso*. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- DIAS, C. P.. Para uma compreensão discursiva do digital: o sentido de tecnologia. In: VII SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2015, Recife. *Anais do SEAD -*. Recife: SEAD, 2016. v. 1. p. 1-7.
- GALLO, S. M. L. A internet como acontecimento. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Org.) *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.
- ORLANDI, E. P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. *Revista Rua*. Campinas, n. 16, Vol. 2, 2010.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes. 2012.
- PÊCHEUX, M. Para ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014
- PÊCNEUX, M. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. *Papel da Memória*. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2015.